



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Embargos de Declaração no MS n: 084.183-4  
Embargante: Governador do Estado de Pernambuco  
Embargado: Corte Especial  
Órgão Julgador: Corte Especial  
Relator: Des. Fausto Campos

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MS. EFEITOS INFRINGENTES. REDISCUÇÃO MERITÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ARESTO. AUSENTE DE VÍCIOS. CARÁTER PROTETATÓRIO. MULTA. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC. UNÂNIME.

1. Os embargos de declaração, à inteligência do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, se prestam a corrigir obscuridade, contradição ou omissão do aresto, descabendo a sua oposição para rediscussão da matéria meritória.
2. Não havendo qualquer erro no julgado a ser sanado, uma vez que analisou todos os pontos trazidos pelas partes, tendo o órgão julgador decidido de forma fundamentada sobre os mesmos, avulta-se meramente protetatória a oposição de aclaratórios, art. 538, do Código de Processo Civil.
3. Aclaratórios rejeitados. Incidência de multa. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **rejeitar os aclaratórios, aplicando multa de 1% sobre o valor atualizado da causa à parte Embargante, por manifestamente protetatórios**, em seção realizada em 12 de maio de 2014, tudo nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas inclusas, que são partes integrante do presente julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.

Des. Fausto Campos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração no MS n: 084.183-4  
Embargante: Governador do Estado de Pernambuco  
Embargado: Corte Especial  
Órgão Julgador: Corte Especial  
Relator: Des. Fausto Campos

**RELATÓRIO:**

Cuida-se, na espécie, de embargos de declaração opostos pelo Governador do Estado de Pernambuco, através de sua procuradoria (fls. 611/612v), pretendendo a atribuição de efeitos infringentes, em face de supostas omissões no acórdão proferido pela Corte Especial que, por maioria de votos, concedeu parcialmente a ordem, nos autos do Mandado de Segurança n. 084.183-4.

Aduz o Embargante que houve omissão na citação por edital, uma vez que não houve nomeação de curador especial, bem como reputa omissa o acórdão por não ter se manifestado quanto aos efeitos financeiros da nomeação e posse do Impetrante a partir da impetração.

Assim, requer a reforma do acórdão.

Instado a se manifestar, o Embargado às fls. 662/623 pugna pela rejeição dos aclaratórios, com a condenação do Embargante na multa prevista no parágrafo único do art. 538, da Lei de Ritos Civil, ante o caráter meramente protelatório dos Embargos.

Era o que de relevante se impunha relatar.

**VOTO:**

Por estar vendo seu direito líquido e certo afrontado, Flávio Bonifácio dos Santos impetrou *mandamus* que foi parcialmente concedido por maioria de votos nesta Corte, mediante acórdão assim ementado:

**EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO DOS CANDIDATOS. DESNECESSIDADE. PRELIMINAR REJEITADA. UNÂNIME. CANDIDATO CONVOCAÇÃO APENAS POR PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. EDITAL. EXIGÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE ENDEREÇO ATUALIZADO. PREVISÃO IMPLÍCITA DE COMUNICAÇÃO PESSOAL. LONGO LAPSO TEMPORAL ENTRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO E A NOMEAÇÃO. RAZOABILIDADE.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

1. Ausente o interesse por parte dos demais aprovados em litigar no *writ*, ante a imutabilidade de suas situações perante a administração, fazendo-se desnecessária a citação destes. Precedentes: AgRg no REsp 1284773/AM, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª TURMA, DJe 29.04.13; AgRg nos EDcl no RMS 30.054/SP, Rel. Min. Og Fernandes, 6ª Turma, DJe 18.10.2012; REsp 1199702/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 14.02.2012.
2. No edital há previsão expressa de que o candidato mantenha atualizado o seu endereço, o que demonstra, ainda que implicitamente, o intuito da Administração entrar em contato direto com o candidato aprovado no momento de sua nomeação.
3. Entre a homologação do concurso (01.10.1999) e a nomeação do Impetrante (DJ 05.01.2002) decorreu lapso de tempo superior a dois anos, devendo haver a notificação pessoal do interessado, ante a impossibilidade de exigir-se deste que acompanhe diariamente as publicações do Diário Oficial. Precedentes: AgRg no RMS 37.227/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ª TURMA, DJe 12.12.2012; REsp 1308588/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22.08.2012; MS 15.450/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 12.11.2012.
4. Ordem parcialmente concedida, por maioria de votos.

Contra o referido acórdão o Estado de Pernambuco opõe os presentes embargos de declaração, pretendendo que lhes sejam atribuídos efeitos infringentes, alegando, ao seu ver, duas omissões.

Por primeiro, reputa omissa o aresto ao argumento de que esta relatoria "'esqueceu' de suscitar a preliminar no que respeita a ausência de nomeação de curador especial" descumprindo o preceituado no art. 9º, inc. II do CPC, que prevê a nomeação de curador especial para os litisconsortes revéis citados por edital.

Para os que dedicaram mínima atenção ao julgamento ou quaisquer dos termos que o integram, fácil perceber que não só esta relatoria, como todo o colegiado, acolheu de forma **unânime** a preliminar de desnecessidade de citação dos litisconsortes para participar do feito, ao entendimento de que não há comunhão de interesses entre esses e o Impetrante, seguindo, inclusive, posicionamento encampado pelo Tribunal da Cidadania: REsp n. 685.251 e AgRg nos EREsp n. 41.855/SP.

Em relação ao preceito normativo invocado contido no art. 9º, II, da Lei de Ritos Civil, afigura-se razoável invocá-lo, apenas quando a nomeação do curador tiver o intuito de salvaguardar o interesse do citado



6280

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

faltoso, tendo ocorrido exatamente o inverso no caso dos autos, uma vez que, como dito alhures, a própria Corte deliberou por unanimidade de votos pela desnecessidade da presença dos "litisconsortes", ex vi trecho do aresto:

**"Ausente o interesse por parte dos demais aprovados em litigar no writ, ante a imutabilidade de suas situações perante a administração, fazendo-se desnecessária a citação destes"**.

A segunda omissão invocada pelo Embargante diz respeito à aventada ausência de manifestação no acórdão e no julgado quanto aos efeitos financeiros da nomeação e posse do Impetrante.

Aduz, que "o Estado de Pernambuco não pode ser compelido ao pagamento das diferenças, pela via mandamental, como consta da inicial" e que "a decisão recorrida não é clara a respeito da viabilidade da indenização, nem estipula a partir de que data se dará o pagamento".

Mais uma vez, descabe se falar em omissão porque, ao contrário do que diz o Embargante, a questão foi decidida pela Corte que, exatamente por não acolher apenas nesse ponto o pleito do Impetrante, concedeu a segurança **parcialmente**, citando, inclusive, jurisprudência de Tribunal Superior, no mesmo sentido, como se vê do trecho do voto condutor:

**"No que pertine ao requerido quanto à retroação dos efeitos financeiros à data do ato governamental que deixou de convocá-lo para firmar termo de interesse ou não na nomeação, é assente na jurisprudência pátria que o candidato nomeado, de forma tardia, por ordem judicial não faz jus a percepção salarial, pelo que não acolho o pleito"**. (fl. 536).

Assim, afastada a retroação da percepção salarial, após a Corte reconhecer o direito líquido e certo à nomeação do Impetrante, que não poderia mais ficar prejudicado por erro do Impetrado, no final do voto resultou assentado que deveriam retroagir apenas os efeitos **"previdenciários e aqueles concernentes a promoções por antiguidade, licença prêmio e demais benefícios respectivos"**. (fl. 536v).

Ademais, no final do aresto reprochado (fl. 601v), foi feita a devida integração ao acórdão de todos os termos do julgamento que, como consabido, fazem parte do julgado, não sendo necessária a menção expressa na ementa de todos os pontos decididos no julgamento, uma vez que todos os demais termos, repito, o integram.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

Superado este ponto, qualquer alegação de omissão apenas reitera razões já examinadas no *mandamus*, pelo que não é plausível suscitar a reforma do referido acórdão em razão apenas de não terem, os Desembargadores desta Corte, adotado totalmente a tese do Impetrado frustrando suas vontades.

A opinião dos membros deste Órgão Julgador fez-se clara e suficiente nos votos proferidos, não havendo motivos razoáveis para a interposição de recurso de embargos de declaração, posto que estes têm o desígnio específico de aclarar pontos obscuros, contraditórios ou omissos constantes nos votos. Os embargos de declaração, portanto, não se prestam ao reexame meritório. Neste sentido:

(...) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À IMPOSIÇÃO DA MULTA. REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. (...) 5. **Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa.** (...). Precedente [RE n. 223.904-ED ...]. 6. Embargos rejeitados. (RE 444810 AgR-ED, Rel: Min. Eros Grau, 1ª Turma, DJ 04.05.07).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR DISTRITAL. POLICIAL. DEMISSÃO EFETIVADA POR ATO BASEADO NA LEI DISTRITAL 3.642/2005. INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. (...)

2. As alegações de omissão apenas reiteram razões já examinadas no recurso ordinário, ou seja, de que a declaração de inconstitucionalidade somente incidiria sobre o ato de demissão, sem prejuízo ao processo administrativo disciplinar; contudo, os atos de aplicação da penalidade disciplinar também homologam as fases anteriores do processo, o que não seria possível, no caso em tela, uma vez que o supedâneo legal daqueles havia sido declarado inconstitucional.

3. **Não é possível manejar os embargos de declaração em prol da rediscussão do mérito, uma vez que esta espécie recursal se destina tão somente ao suprimento dos vícios taxativamente previstos no art. 535 do Código de Processo Civil, o que não se verifica no caso.** Precedentes: EDcl no RMS 41.024/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 13.6.2013; EDcl no RMS 40.989/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 19.4.2013; e EDcl no RMS 34.270/MG, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

2.12.2011. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no RMS 35.296/DF, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, DJe 16.12.2013).

Por fim, verificando-se inexistir razão a justificar a oposição dos aclaratórios, revelando-se os mesmos manifestamente protelatórios, impõe-se multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 538 do CPC, *in verbis*:

"Art. 538. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. **Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. (...).**"

Nesse sentido, ementário do Superior Tribunal de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. REPETIÇÃO DAS TESES JÁ DECIDIDAS. OPOSIÇÃO EM DESOBEDIÊNCIA AO ARTIGO 535 DO CPC. CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIO. MULTA. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC. 1. Inexistem as omissões apontadas no aresto embargado que examinou minuciosamente as questões suscitadas pela parte e sobre elas decidiu de forma fundamentada, encontrando-se alicerçado em premissas que se apresentam harmônicas com o entendimento adotado e desprovido de dúvidas ou contradições. 2. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. (EDcl no AgRg no Ag 1366111/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 10.10.2012).

Desta maneira, não havendo qualquer omissão a ser sanada, como demonstrado, **voto no sentido de rejeitar os aclaratórios, aplicando multa de 1% sobre o valor atualizado da causa à parte Embargante, por manifestamente protelatórios**, mantendo incólume o acórdão objurgado.

É como voto.

Recife, 12 de Maio de 2014.

Des. Fausto Campos  
Relator